

2012 de conquistas e renovação



Pressão dos trabalhadores faz Brasil avançar contra trabalho escravo
Página 2



Fim do imposto sindical voltará à pauta em 2013
Página 3

Trabalhadores do serviço público e privado: ano de endurecimento dos patrões
Página 6



CUT integra luta por reforma agrária
Página 8

CUT elegeu nova direção e foi às ruas para ampliar direitos e cobrar mais diálogos com o governo e empresários. Em 2013, quando completa 30 anos, Central amplia agenda de Mobilização



editorial



Roberto Parizotti

Só conquista quem luta. Para termos desenvolvimento sustentável com justiça social, distribuição de renda, fim da pobreza e valorização do trabalho, é preciso lutar, pressionar os governos federal, estaduais e municipais por mais investimentos em salários e qualidade de vida.

Em 2012, com uma ação sindical combativa e qualificada, conquistamos aumentos reais de até 3%, apesar do terrorismo da equipe econômica e dos empresários que insistem em dizer que salário provoca inflação.

Já as reivindicações da classe trabalhadora, como o fim do Fator Previdenciário e a isenção de imposto de renda da PLR – Participação nos Lucros e Resultados, para citar apenas duas, que dependem do diálogo com o governo, não saíram do papel.

Nosso desafio em 2013, portanto, será destravar a pauta dos trabalhadores e exigir participação nas discussões estratégicas sobre o futuro do Brasil.

Vagner Freitas, presidente nacional

Conquista

Pressão dos trabalhadores faz Brasil avançar contra trabalho escravo

Em cada um dos semestres deste ano, a CUT e os parceiros dos movimentos sociais conseguiram arrancar duas grandes conquistas para avançar no combate ao trabalho escravo.

No dia 22 de maio, após semanas de mobilizações e pressões dos dirigentes da Central e de entidades parceiras, o plenário da Câmara dos Deputados aprovou a Proposta de Emenda à Constituição 438/01, mais conhecida como PEC do Trabalho Escravo.

Segundo o texto, as propriedades rurais onde forem flagrados trabalhadores em situação análoga à escravidão serão expropriadas após condenação na Justiça.

O próximo passo é vencer a pressão da bancada ruralista no Senado. Trabalho que vai exigir muita mobilização. Na Câmara, deputados do PSD, PMDB, DEM e PP mostraram-se contrário à PEC.

PEC das domésticas – Já no segundo semestre, a PEC 478/1, que estende às trabalhadoras domésticas e a outros trabalhadores em residência os direitos assegurados aos demais empregados com carteira assinada, foi aprovada em dois turnos na Câmara.

A medida garante condições mínimas como seguro-desemprego, jornada de trabalho de oito horas diárias e 44 semanais, hora-extra e adicional noturno. Somente os deputados Jair Bolsonaro (PP-RJ) e Roberto Balestra (PP-GO) votaram contra.

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), em 2009 haviam 7,2 milhões de



Luiz Carvalho

Trabalhadoras domésticas acompanharam a aprovação em primeiro turno na Câmara da PEC. Creuza Oliveira, presidenta da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas, é a primeira à esquerda

empregados domésticos, sendo 93% do sexo feminino. Desse total, 62% são mulheres negras – 4,15 milhões. Dos 34 direitos assegurados na Constituição, apenas nove estendem-se às domésticas.

Por isso também, muitos dos parlamentares que se manifestaram a favor referiram-se à proposta como alforria.

Após ser aprovada em segundo turno na Câmara, a PEC vai para o Senado e, caso seja aprovada, segue para sanção da presidenta Dilma Rousseff.

O próximo passo é a ratificação da Convenção 189 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), sobre o trabalho decente para as trabalhadoras domésticas.

Movimento



Dalane Cerezer

O Fórum Social Mundial Palestina Livre reuniu, de 28 de novembro a 1º de novembro, mais de 300 organizações de 36 países em Porto Alegre. O presidente da CUT, Vagner Freitas, comandou a marcha de abertura (foto), que reuniu mais de dez mil manifestantes. No dia 29, a ONU reconheceu a Palestina como Estado observador.

expediente: **Jornal da CUT** é uma publicação mensal da Central Única dos Trabalhadores. **Presidente:** Vagner Freitas. **Secretária Nacional de Comunicação:** Rosane Bertotti. **Direção Executiva:** Admiron Medeiros Júnior, Alfredo Santos Júnior, Antônio Guntzel, Antônio Lisboa, Aparecido Donizeti, Artur Henrique, Carmen Foro, Daniel Gaio, Dulce Mendonça, Eduardo Guterra, Elisângela Araújo, Expedito Solaney, Jacy Afonso, Jandira Uehara, Jasseir Fernandes, João Felício, José Celestino, Junéia Martins, Júlio Turra, Manoel Messias Vale, Maria Faria, Maria das Graças Costa, Maria Júlia Nogueira, Pedro Armengol, Quintino Severo, Raimunda Araújo, Rogério Pantoja, Roni Barbosa, Rosana Sousa de Deus, Rosane Silva, Sérgio Nobre, Severino Nascimento, Shakespeare de Jesus, Simone Lopes, Valeir Ertle e Vítor Carvalho. **Jornalista responsável:** Isaias Dalle (MTB 16.871). **Redação e edição:** Luiz Carvalho, Leonardo Severo, Paula Brandão, Vanessa Paixão (secretaria e revisão), William Pedreira e Douglas Figueiredo (programador). **Projeto Gráfico e Diagramação:** TMax Propaganda. **Capa:** Agnaldo Azevedo (2012). **Impressão:** Bangraf. **Tiragem:** 20 mil exemplares

Dino Santos



OUTRAS LUTAS

Em outubro, representantes do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) – em foto ao lado, a coordenadora e secretária de Comunicação da CUT, Rosane Bertotti, ao microfone, durante seminário em maio, na cidade de São Paulo – entregaram um documento com 20 pontos extraídos da Conferência Nacional de Comunicação em defesa do Marco Regulatório das Comunicações ao ministro Paulo Bernardo. A CUT integra o FNDC porque acredita que não há democracia sem amplo acesso à informação e à produção de conteúdo

história

Luta histórica da CUT, fim do imposto sindical volta à pauta em 2013

Como acontece todo ano, mais uma vez os trabalhadores tiveram descontados dos salários de março o equivalente a um dia de trabalho. Sindicalizados ou não, todos pagaram o imposto sindical.

Neste mesmo mês, a Central Única dos Trabalhadores lançou uma campanha para substituir o imposto por uma contribuição negocial definida democraticamente em assembleia pelas categorias.

Por todo o Brasil, a CUT espalhou cartazes convocando a classe trabalhadora para participar de um plebiscito sobre o tema, já que as demais centrais são contra o fim do imposto. Urnas, cédulas, folhetos e cartazes também foram enviados às nossas estaduais e aos ramos.

No formato atual, sem precisar passar pelo crivo dos trabalhadores, o imposto sindical acaba por estimular o surgimento de entidades pouco representativas. Segundo o Ministério do Trabalho e Emprego, o número de sindicatos – patronais e de trabalhadores – passou de 12.673, em 2009, para 13.848, no primeiro semestre de 2011, o equivalente à criação de 1,6 sindicato criado a cada dia.

Com essa estrutura, enquanto os sindicatos de fachada garantem o direito à cobrança, as centrais garantem números para receber o imposto – precisam ter ao menos 7% de representatividade. Ao contrário de unificar por ramo de atividade, como defende a CUT, para ampliar o poder de negociação e estabelecer acordos nacionais e pisos unificados, o imposto sindical promove a fragmentação, afinal,



CUT foi às ruas em todo o Brasil para que pessoas pudessem votar sobre o fim do imposto e colher assinaturas contra a cobrança

quanto mais sindicatos, mais recursos.

Desde 2008, com o reconhecimento legal, as centrais sindicais passaram a fazer parte da divisão desse bolo. Do valor total, 60% vai para os sindicatos, 15% para as federações, 5% para as confederações e 10% para as centrais. Outros 10% ficam para o governo.

Em agosto daquele ano, todas se comprometeram a apoiar o envio de um anteprojeto ao Executivo para implementação da contribuição negocial. Três anos depois, somente a CUT, que recebe a maior parte do imposto por ser a mais representativa, com 38,3% de todos os trabalhadores filiados a algum sindicato no Brasil, ainda mantém a mesma posição. As demais aliaram-se à posição majoritária das entidades patronais.

A campanha inclui ainda a defesa da ratificação no Brasil da Convenção 87 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que permite aos trabalhadores se organizarem livremente e acaba

com a unicidade sindical, responsável por impedir a criação de um novo sindicato em uma base onde já exista outro.

Dentro dessa reforma, a CUT defende também a criação de uma lei contra práticas sindicais, como a demissão de dirigentes ou trabalhadores filiados, para que os sindicatos tenham a garantia de ação junto às bases.

Em 2013, a campanha pelo fim do imposto sindical volta à pauta, justamente quando a Central completa 30 anos.

Para Vagner Freitas, presidente da Central só é possível discutir a manutenção da cobrança sob alguns critérios.

“Podemos debater o repasse do imposto para sindicatos que representem ao menos 5% da categoria, que comprovem a realização de eleições democráticas, de prestação de contas e estabelecendo um limite para o valor”, sugeriu.



Dirigentes cutistas participam de lançamento da Campanha pelo Fim do Imposto na sede da CUT, em março

Roberto Parizotti

Roberto Parizotti



OUTRAS LUTAS

Fórum Social Temático, em Porto Alegre, no início do ano, discutiu o capitalismo, justiça social e crise ambiental. E lançou o Fórum Social Palestina Livre

Luiz Carvalho

Nova direção



Artur Henrique (à esquerda, ex-presidente da CUT e atual secretário adjunto de Relações Internacionais) e Expedito Solaney (à direita, Secretário de Políticas Sociais) entregam a Gilney Viana (representante da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e da Comissão da Verdade) lista com nomes de mais de 100 trabalhadores assassinados durante a ditadura

Em julho, o 11º Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores (CONCUT), na capital paulista, reuniu 2.322 delegados – 1.348 homens e 974 mulheres – e 140 dirigentes sindicais de 40 países. Além de apresentar ao final um amplo plano de lutas, essencialmente focado em responder aos impactos negativos da crise, o encontro terminou com a escolha da nova direção.

Pela primeira vez, um bancário passou a comandar a maior central sindical do país. Em seu discurso inaugural, Vagner Freitas, sucessor do eletricitário Artur Henrique, que esteve à frente da CUT por seis anos, reforçou o papel do Estado como indutor do desenvolvimento.

“As políticas públicas não devem ser dominadas pelo capital privado. O financiamento da saúde, da segurança e da educação são compromisso do Estado”, ressaltou, acrescentando que, para isso, é fundamental investir na carreira do servidor público.

A visão de que não há crescimento sem distribuição de renda também permanece na nova gestão, assim como a missão de unificar as lutas dos trabalhadores do campo e da cidade.

De acordo com Freitas, a nova direção assumiu num momento em que a pauta da classe trabalhadora se encontra engessada no Congresso Nacional. “Para

destravar é preciso muita pressão dos movimentos sociais. Quando o ex-presidente Lula se elegeu, em 2002, disse que o governo era de coalização e, portanto tínhamos que fazer o nosso papel para que o governo fizesse o dele. E o papel dos movimentos sociais é pressionar nas ruas para que outros não ocupem esse espaço e façam com que a política adotada seja aquela que não interessa à classe trabalhadora”, definiu.

O espírito de mobilização e combate manifestado ao longo dos cinco dias de debates ganhou corpo no plano de lutas da CUT, que centra fogo no protagonismo da classe trabalhadora no campo e na cidade, na defesa do mercado interno, na geração de emprego, na distribuição de renda, na valorização dos servidores e dos serviços públicos, pela redução da jornada de trabalho sem redução de salário, fim do fator previdenciário, contrato coletivo nacional de trabalho da construção civil, democratização da comunicação, reforma agrária e por mais recursos para a agricultura familiar.

“Se o Estado é democrático, tem que aprender a lidar com conflitos e não pode punir quem está em greve. Exigiremos o imediato recebimento da CUT por parte do Ministro do Planejamento para solução da paralisação no setor público. Porque a greve existe apenas enquanto o governo somente enrola e não aponta propostas consistentes”, criticou o novo presidente.

Nas intervenções das lideranças dos mais diferentes ramos, uma só determinação: a de afirmar coletivamente um projeto nacional de desenvolvimento que se contraponha à lógica parasitária e excludente do sistema financeiro.

Trabalhadoras fazem história

No momento mais tenso e emocionante do 11º CONCUT, os delegados e delegadas aprovaram na manhã do dia 12 de julho a paridade entre homens e mulheres nas instâncias de direção.

A partir das próximas eleições, que acontecem em 2015, tanto a direção Executiva nacional quanto as estaduais da CUT deverão reservar ao menos 50% de cargos para cada gênero



Durante CONCUT, Central promoveu exposição de cartazes “A Verdade da Repressão – A Verdade da Resistência”, com a história da luta do movimento sindical contra a ditadura militar brasileira

reafirma a luta



Mais de dois mil delgados participaram do 11o CONCURT



Momento histórico: trabalhadoras cutistas aprovam paridade nos cargos de direção

A conquista ocorre 19 anos após a Central aprovar a destinação de 30% das vagas para cada gênero, na 6ª Plenária, em 1993. Em 2008, durante a 12ª Plenária Nacional da CUT, a definição passa a integrar o estatuto da entidade.

Como naquela ocasião, o avanço foi resultado de muita mobilização. Completamente lotado, o auditório do Transamérica Expo Center, onde aconteceu o congresso, foi tomado por bandeiras na cor lilás, batuques e uma verdadeira barricada de mulheres CUTistas que se posicionaram diante da mesa que conduziu a votação. Os gritos de que para crescer e para mudar era preciso aprovar a paridade certamente contagiou o plenário, que referendou a proposta favorável à tese.

O grupo das trabalhadoras favoráveis ressaltou que não se tratava de debate meramente burocrático, mas sim uma oportunidade para continuar avançando na ocupação de espaços de decisão. Argumentaram que a presença de 42% de mulheres nesta edição do CONCURT era a prova de que a política de cotas é essencial.

Sob esse clima, a esmagadora maioria ergueu seus crachás e disse sim à ampliação da participação das mulheres nas instâncias de poder da CUT. Como não poderia deixar de ser, aos gritos de Central Única das Trabalhadoras, elas demonstraram que cada vez mais, o movimento sindical reconhece que tem dois gêneros.

IPEA defende investimento em comunicação e formação sindical – Então presidente licenciado do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o professor Márcio Pochmann defendeu em uma das mesas a comunicação e a formação sindical como

armas da classe trabalhadora no combate pelo desenvolvimento nacional com distribuição de renda e valorização do trabalho, num país extremamente desigual, em que 90% dos empregos são de até um salário mínimo e meio.

Ele frisou que a qualificação dos quadros dirigentes é essencial para a luta contra a visão “alienada, individualista e privatista” que contamina boa parte das relações sociais, principalmente entre a chamada “nova classe média”. Como sua súbita incorporação ao mercado de

consumo se deu via políticas públicas, mas sem a intervenção direta das representações de interesse - como os Sindicatos, organizações de moradores e estudantes - as percepções desse grupo são ainda muito despolitizadas e estão em disputa.

Do ponto de vista dos trabalhadores isso se confirma nas taxas de sindicalização: o país saiu de um patamar de 32% de sindicalizados, em 1989, reduzido pelo neoliberalismo a 16,5%, em 1999, e chegando, atualmente, apesar da política de valorização do salário mínimo e dos inegáveis avanços, à taxa de 18%.

A mesma desmobilização se repete em outras áreas, lembrou. “O Prouni representou maior inclusão de estudantes no ensino universitário, mas isso não redundou em maior fortalecimento das entidades estudantis. Da mesma forma, a ampliação de moradias não significou o fortalecimento das associações de bairro. Foram medidas que derivaram da grande política construída pelo presidente Lula, mas que não mobilizaram.”.

Batalha de ideias

Conforme Pochmann, o sindicalismo dispõe de uma enorme quantidade de jornais, revistas, boletins e panfletos, tendo mais jornalistas e profissionais de comunicação que a própria Rede Globo, mas sem um norte comum para “disputar a hegemonia”. “É preciso investir na disputa de ideias, para que a opinião pública não seja reduzida à opinião publicada”, destacou o professor, para quem a democratização da comunicação é fundamental para assegurar a verdadeira liberdade de expressão.



Nova direção anunciada ao final do Congresso, em São Paulo

Internacional

Durante 2º Congresso da CSA, CUT reafirma necessidade de superar o neoliberalismo



Acima, a delegação cutista que participou do II Congresso da Confederação Sindical das Américas, em Foz do Iguaçu (PR)

Mais de 230 delegados de 40 países das Américas participaram do 2º Congresso da Confederação Sindical das Américas (CSA), em Foz do Iguaçu (PR), no mês de abril.

Durante os debates, a CUT defendeu a integração e a cooperação solidária para superar as heranças do modelo neoliberal nos continentes.

Da mesma forma que em outros encontros internacionais, como a Rio+20 e a Cúpula dos Povos, os dirigentes cutistas cobraram a regulação do sistema financeiro internacional, vertendo os recursos jogados na especulação para o fortalecimento do mercado interno, da geração de empregos decentes e para a distribuição de renda.

Durante os debates, a Central defendeu ainda a liberdade e a autonomia sindical como elementos fundamentais para a construção de sindicatos fortes e representativos.

O combate à exploração do trabalho e o fomento à criação de sistemas de informação, registro e notificação de doenças e acidentes, além de pesquisas sobre as condições de trabalho foram outras propostas que a CUT levou ao congresso.

mobiliza

Servidores, operários, bancários e metalúrgicos: ano de muita negociação e endurecimento dos patrões

Sexta economia do mundo, país da Copa, das Olimpíadas, do Programa Aceleração do Crescimento (PAC), último a entrar na crise e primeiro a deixá-la. Por uma série de razões, entre as quais, a opção de apostar no mercado interno, o Brasil avançou em muitos aspectos na última década e permitiu que os empresários pudessem ganhar muito dinheiro.

Todos esses fatores, porém, não foram capazes de facilitar as negociações para os trabalhadores, a começar do próprio governo. Logo de cara, os servidores públicos federais ouviram que o reajuste de benefícios só aconteceria em 2013, postura que gerou uma série de mobilizações em todo o país.

O primeiro dos dias nacionais de luta convocados pela CUT e pela Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef) para março não resultou em acordo. Em maio, nova manifestação para cobrar avanço nas negociações.

Em abril, o país parou para alertar que priorizar o pagamento da dívida em detrimento do social representava um desmonte do Estado. No mês seguinte, nova mobilização contra o arrocho salarial e desvalorização dos servidores.

O famigerado decreto 7777/12, de julho, fez com que a CUT reafirmasse o apoio à luta dos trabalhadores e repudiasse a medida que previa a substituição dos servidores públicos federais em greve por estaduais e municipais. Lembrando que o direito à greve é constitucional.

Enfim, somente em agosto, após muita luta e pressão, a paralisação terminou com a concessão de reajuste inseridos na gratificação de desempenhos, atingindo, ao menos 510 mil servidores.

Operários na luta – Na construção civil, outro setor que lucrou bastante, empresários e governo resolveram atender a uma antiga reivindicação cutista e elaboraram, ao lado dos trabalhadores, um compromisso nacional para melhorar as condições de trabalho no setor.

Houve muitos avanços nos últimos meses, mas a

situação ainda está longe do ideal. Em Rondônia, novas paralisações na construção das usinas hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio. Greve também no Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj) e na Eldorado, em Três Lagoas, onde está sendo construída a maior fábrica de celular do mundo, com R\$ 2,7 bilhões do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Por lá, foram a demissão de cipeiros e o uso de policiais para espancar trabalhadores os responsáveis pelo início da greve

A construção civil do Espírito Santo, também deu aula de organização e mobilização ao arrancar 14% de aumento nas grandes obras.



Em São Paulo (foto acima), centrais unificadas realizaram ato na Avenida Paulista para defenderem uma pauta que incluiu ganhos reais de salário; em Brasília, no mês de setembro, CUT promoveu mais um dia nacional de luta, defendendo, entre outros pontos, 10% do PIB para a educação e a aplicação do Piso Nacional do Magistério



OUTRAS LUTAS

Em todo o país, as mulheres novamente tomaram as ruas no 8 de março, Dia Internacional da Mulher. Em São Paulo (foto ao lado), mais de cinco mil cobraram do governo municipal a ampliação do número de creches

A gente dis **CUT**

Cúpula dos Povos, Rio+20, Conferência do Trabalho Decente: CUT vai além do mundo sindical

Em junho de 2012, o mundo voltou as atenções ao Brasil com a esperança de que, enfim, os chefes de Estado promovessem uma discussão séria e aprofundada sobre um novo modelo de produção e consumo. Duas décadas após a Eco-1992, o mesmo Rio de Janeiro sediou a Conferência das Nações Unidas Sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20).

O resultado do encontro oficial não agradou a CUT e aos demais representantes dos movimentos sociais. Primeiro, porque não permitiu uma maior participação nos espaços deliberativos e, segundo, por não estabelecer metas e compromissos.

Porém, trouxe alguns avanços. A mesa redonda final, que contou com a presença da Central, fez menção à importância do diálogo social para facilitar a transição para um novo modelo de desenvolvimento, à necessidade de fortalecer as organizações regionais – como a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) – e à organização de uma nova cúpula em cinco anos para avaliar os compromissos da Rio+20 e verificar sua implementação.

O desenvolvimento sustentável, afirmava um dos pontos, deve incluir a proteção social, além de destacar a necessidade de investir em políticas para transferência de tecnologia. A chamada global por acesso à água, por trabalho decente e verde e para que o progresso leve em conta outros fatores além do Produto Interno Bruto (PIB) também integraram o documento.

Articulação social – O maior espaço de atuação dos movimentos sociais foi a Cúpula dos Povos, que tomou o Aterro do Flamengo e ocorreu paralelamente ao evento oficial. A CUT ocupou uma das tendas para promover discussões sobre a relação entre a pauta da classe trabalhadora e o desenvolvimento sustentável.



No dia 18 de julho, mulheres ocuparam ruas do Rio de Janeiro para cobrar um modelo de desenvolvimento que não trate como mercadoria o corpo das mulheres e a natureza

Com destaque para a palestra do professor Ignacy Sachs, sociólogo, autor de mais de 20 livros sobre desenvolvimento e meio ambiente e a quem é atribuída a formulação do conceito de ecodesenvolvimento, que anos depois daria origem à expressão desenvolvimento sustentável.

Mas, como lugar de movimento social é a rua, as organizações não poderiam deixar de promover uma grande marcha pela capital carioca. No dia 19 de junho, mais de 50 mil pessoas tomaram o Rio para cobrar responsabilidade dos chefes de Estado.

No relatório final da Cúpula, além das de ataques à economia verde, apontada como uma falsa solução, as propostas convergiram para a necessidade de mudança do atual paradigma de produção, consumo e participação social para outro que tenha como centro o respeito aos bens comuns, à distribuição de renda e à inclusão social.

Os grupos também detectaram que a mudança não passa apenas pela transformação da tecnologia, mas também de paradigma, para que não fiquemos apenas nas soluções paliativas

Trabalho decente e empresários em fuga

Primeira conferência do mundo do trabalho, a Conferência Nacional do Emprego e Trabalho Decente reuniu mais de 1.500 delegados de todo o Brasil na capital federal, em agosto.

Mobilizado, o movimento sindical realizou reuniões preparatórias e fechou acordo sobre as pautas comuns e prioritárias: redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais sem redução de salário – e aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 231/1995 –, implementação de mecanismos para garantir a liberdade e autonomia sindical a partir do local de trabalho, a igualdade entre homens e a Agenda Nacional do Trabalho Decente da Juventude.

A conferência, porém, não terminou como prevê o regime democrático. Os trabalhadores tentaram até o



Mais de 50 mil manifestantes tomaram a capital carioca para cobrar responsabilidade dos chefes de Estado. Mesmo assim, Rio+20 terminou sem grandes avanços

fim manter o caráter tripartite, mas a dificuldade da bancada patronal em aprovar propostas voltadas à precarização das relações trabalhistas, fez com que os patrões desistissem da última plenária.

No discurso final lido no plenário, patrões comunicaram a suspensão da participação por não terem condições mínimas de atuação, mas afirmaram a disposição à negociação.

O reinício dos trabalhos do Grupo de Trabalho Tripartite para construção do Plano Nacional de Trabalho Decente dirá se isso é real ou mera hipocrisia



Mobilização dos trabalhadores e da sociedade civil fez avançar diversas propostas e terminou com fuga de empresários da I Conferência do Trabalho Decente

OUTRAS LUTAS

Fator previdenciário: A CUT e as outras quatro maiores centrais sindicais brasileiras querem a aprovação da emenda que exclui o cálculo do fator para o trabalhador que atingir a fórmula 85/95. Porém, governo jogou contra e a medida não foi votada. Em 2013, vamos mobilizar nossa base para fazer a emenda caminhar.



Organização e unidade na Cidade

Com encontros dos macrossetores público e indústria, CUT traça estratégias para a luta em 2013

De um lado, regulamentar a Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) – que trata do direito à negociação coletiva e à greve dos servidores –, discutir a organização sindical no setor público, aprofundar o debate sobre previdência pública e complementar e discutir o papel do Estado como indutor do desenvolvimento. Do outro, ampliar a organização e a mobilização para retomar o protagonismo dos trabalhadores do setor industrial.

Essas foram as principais conclusões dos representantes de sindicatos, federações e confederações cutistas que participaram dos encontros dos macrossetores público e da indústria realizados em novembro e dezembro, respectivamente, em São Paulo.

No próximo semestre, o ciclo de debates discutirá também os segmentos de comércio, serviço e logística, além do macrossetor rural.

CUT na liderança – Os dados de entidades sindicais registradas no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) demonstram que a CUT continua líder na representação dos servidores. Do total de 1.280 organizações regularizadas, 26% são cutistas. E com as mais representativas entidades filiadas, a Central responde por 60% dos funcionários públicos.

Porém, do total de entidades, 50% não são ligadas a nenhuma central, fator que representa desafios e um grande espaço para crescimento, especialmente num cenário de queda da taxa de sindicalização.

Setor estratégico – Nas discussões do macrossetor indústria, as lideranças metalúrgicas, químicas, urbanitárias, da construção, do vestuário e da alimentação trataram do caráter estratégico do segmento para o desenvolvi-

to nacional: representa 28% do Produto Interno Bruto (PIB) e 25% dos salários.

A defesa das empresas nacionais, com medidas que garantam contrapartidas sociais e considerem a sustentabilidade ambiental, a geração de postos de trabalho decente e o apoio às micro e pequenas empresas foram citadas como prioridades.

Para as lideranças cutistas, o investimento em inovação tecnológica e qualificação profissional, especialmente nas micro, pequenas e médias empresas, que não têm acesso às políticas públicas, é fundamental para enfrentar os impactos negativos da crise econômica.



Com encontros do macrossetor indústria e serviço público, CUT traça estratégias para aprofundar a luta por ramos em 2013

Organização e unidade no Campo

CUT integra encontro histórico e articula aliança por reforma agrária

O mês de agosto foi um marco na luta camponesa ao unificar trabalhadores do campo, das águas, das florestas e também das cidades, no Parque da Cidade, em Brasília.

Centenas de famílias acamparam no local para celebrar os 51 anos do 1º Congresso Camponês Brasileiro com uma série de debates sobre a retomada do embate conjunto pela reforma agrária e pela soberania alimentar.

Presente em todas as discussões, a CUT, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf) e a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) reforçaram a necessidade de fazer avançar a Política Nacional de Agroecologia, lançada na semana do encontro.

As entidades lembraram que não agroecologia sem prioridade à agricultura familiar e sem um modelo de produção baseado na biodiversidade. Para isso, alertaram que é necessário um programa para redução do uso de agrotóxicos e para incentivar a pesquisa voltada à agricultura familiar dentro da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

Avanços que não ocorrem, destacaram, sem mobilizações como a marcha de 10 mil camponeses no encerramento do encontro. E que deve se repetir no primeiro semestre de 2013, novamente em Brasília.



Em agosto, trabalhadores do campo, das águas, das florestas e também das cidades reforçaram unidade para retomar a defesa da reforma agrária



Luiz Carvalho

OUTRAS LUTAS

A CUT lançou em 31 de agosto, um dia antes da audiência no Supremo Tribunal Federal sobre o banimento do amianto no Brasil, o livro "Eternit e o Grande Julgamento do Amianto", para alertar sobre os malefícios que o mineral causou na Itália